



Contraditório think-tank

Briefing

“A Twitterização do Mediterrâneo” | Rui Faro Saraiva

Em 2008, o autor Richard Haas desenvolveu o conceito de “apolaridade” ao analisar a distribuição de poder num sistema internacional dominado não apenas por um, dois ou mais Estados, mas por diversos actores estaduais e não-estaduais que exercem o seu poder de diversas formas e a diversos níveis. A globalização e a chamada Revolução Digital, permitem que sejam efectuadas transacções aos mais diversos níveis entre variados actores, escapando ao controlo governamental dos Estados.

O poder dos actores não-estaduais é assim reforçado com a “digitalização” da política internacional, desde a Al-Qaeda ao ciberterrorismo, até às grandes novas empresas privadas como a Google ou o Facebook, ou as novas ONG’s como a Wikileaks que tentam trazer de novo a moral à política internacional, 506 anos depois de Maquiavel ter escrito “O Príncipe” e ter proposto uma visão amoral da política.

De forma análoga à Revolução Agrícola e à Revolução Industrial, da Revolução Digital resultam profundas implicações a nível político, económico e sociocultural. Na actualidade, a internet de banda larga, o uso do email e das redes sociais, assim como a utilização dos *smart phones*, está a ser difundida a nível global de uma forma impressionante.

Os recentes acontecimentos que levaram à Revolução de Jasmim na Tunísia, e o possível efeito dominó no Egipto, na Argélia, no Iémen, na Jordânia, entre outros Estados árabes, foram também potencializados através do poder das redes sociais. As novas tecnologias como o Facebook, o YouTube e o Twitter, permitem a comunicação em tempo real entre os cidadãos dos referidos Estados. A reacção natural dos governos autoritários da região passa pelo combate e o controlo destas novas tecnologias. Depois de na Tunísia esse combate ter falhado, o Egipto começou por



impedir o acesso ao Twitter e ao Facebook de forma intermitente, e acabou por impedir o acesso total à internet.

Assim na análise dos nexos de causalidade entre a influência das redes sociais e outros meios tecnológicos e as respectivas consequências ao nível da política interna e externa dos Estados, surge o ciber-pessimismo vs. o ciber-determinismo. Entre os primeiros estão um conjunto de autores que tentam minimizar o impacto das redes sociais nos diversos domínios político, económico, e sociocultural. Em oposição surgem os autores que apresentam as redes sociais como um factor fundamental, determinante e incontornável na revolta do mundo árabe a que hoje assistimos. Se é verdade que o poder da imprensa e a circulação de jornais políticos em 1789 dinamizou a Revolução Francesa, este não foi um factor determinante. Por outro lado, hoje, apesar do poder das redes sociais, as razões principais que levaram à Revolução de Jasmim na Tunísia, foram o carácter autocrático do regime, a corrupção, o desemprego e o caos económico.

A realidade do século XXI mostra que hoje e cada vez mais se assiste à inseparabilidade entre as redes sociais e as tecnologias de informação e a política. Zeynep Tufekci,

professora de sociologia da Universidade de Maryland aponta 5 factores que justificam a utilização política das redes sociais: “1) As redes sociais diminuem as barreiras para a acção colectiva através de canais de organização que estão entrelaçados com a interacção social mundana e, portanto, são mais difíceis de censurar. 2) As redes sociais podem ajudar a criar uma esfera pública em regimes autoritários, diminuindo assim o problema do dilema da sociedade-prisioneiro em que todos sabem que muitas pessoas estão descontentes, porém este facto permanece oculto através da censura dos *media*. 3) As redes sociais ajudam a fortalecer as comunidades, funcionando como antídoto às tecnologias isoladoras (e.g. a televisão) e a força da comunidade é fundamental para a acção política. 4) As redes sociais parecem ter sido a chave (na Tunísia) para permitir que o expatriado e o exilado da comunidade se mobilizem e ajam como elo fundamental entre o resto do mundo árabe, bem como as comunidades presentes na Europa francófona e finalmente no resto do mundo. 5) As redes sociais podem ser um instrumento fundamental para a divulgação de informações durante uma crise. Como vimos no caso do Irão, da Birmânia, da Moldávia, da Tunísia, e outros, o mundo tinha um forte sensação do que estava a acontecer, não



porque havia muitos repórteres no terreno a cobrir os acontecimentos, mas porque milhares de cidadãos munidos de telemóveis podiam registar e transmitir em tempo real a situação no terreno.”¹

Em 2008, o terramoto de Sichuan na China foi anunciado em directo e desde o primeiro momento através do Twitter, antes de o próprio Instituto Geológico Norte-Americano ter registado o sismo no seu *website*, considerando que o governo chinês, no sismo anterior desta magnitude no seu território, só admitiu a ocorrência desta catástrofe natural três meses mais tarde. A manipulação da informação pelo Estado, na actualidade, parece assim uma tarefa mais complicada. Os ímpetus revolucionários ou reaccionários têm múltiplas causas político-ideológicas, porém a responsabilização (*accountability*) dos agentes políticos parece estar mais acessível ao cidadão comum através dos meios que a revolução digital disponibilizou.

Se caminhamos ou não para um sistema internacional apolar, a verdade é que existe uma maior difusão e complexidade na distribuição de poder no sistema e pelos

diversos actores internacionais. Se existe ou não a “twitterização” da política, a verdade é que é incontornável lidar com as redes sociais e com o mundo digital, quer ao nível da política interna ou externa. O futuro dirá se o movimento que a Revolução de Jasmim desencadeou é apenas árabe, ou exportável para o outro lado do Mediterrâneo e a outras regiões do globo...

Rui Faro Saraiva, Investigador no Contraditório think tank

¹ TUFEKCI, Zeynep; *Tunisia, Twitter, Aristotle, Social Media and Final and Efficient Causes*, 15 January 2011, [<http://technosociology.org/?p=263>], Consultado em 27 de Janeiro de 2011